



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
CENTRO DE MEMÓRIA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018-2020



Manaus, dezembro de 2020

CENTRO DE MEMÓRIA DO TRT DA 11ª REGIÃO

GESTÃO 2018-2020

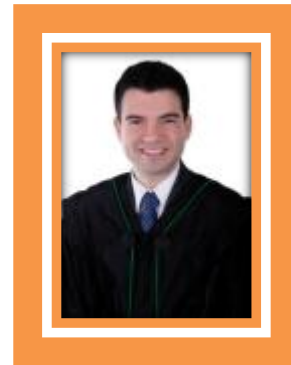
DIREÇÃO



Desembargadora Fca. Rita A. Albuquerque
Diretora



Juíza Sandra Di Maulo
Membro



Juiz Túlio Macedo Rosa e Silva
Membro

EQUIPE DE APOIO

NÚCLEO DO CENTRO DE MEMÓRIA

Genilza Evaristo Machado Moreira - Chefe

Noêmi Teixeira de Freitas - Assistente-Chefe

Wenderson Macedo Lima - Estagiário

SEÇÃO DE DIFUSÃO CULTURAL

Sunamita Gomes de Oliveira - Assistente-Chefe

Georgeany Carla Barros Fernandes

SEÇÃO DE GESTÃO DOCUMENTAL

Gilberto Santos da Costa - Assistente-Chefe

Ricardo José Fonseca

Albino José de Souza Filho

Marlon Almeida Pinheiro

SEÇÃO DE ARQUIVO PERMANENTE

Vanderliza Silva Barroncas - Assistente-Chefe

Jorge Ney dos Santos da Silva

AÇÕES REALIZADAS PELO CENTRO DE MEMÓRIA - CEMEJ11^a

BIÊNIO 2018/2020

1. PROJETO CEMEJ ITINERANTE

O Projeto Cemej Itinerante tem por finalidade resgatar a história e a memória institucional do TRT11 e divulgar o Centro de Memória e a Justiça do Trabalho em escolas, universidades e comunidade em geral. O Projeto contempla, dentre outras atividades, a realização de palestras, oficinas, exposições temáticas, campanhas de divulgação do acervo do Cemej11^a, ações de incentivo à pesquisa e divulgação de trabalhos acadêmicos que utilizam como fonte o acervo documental do Centro de Memória.

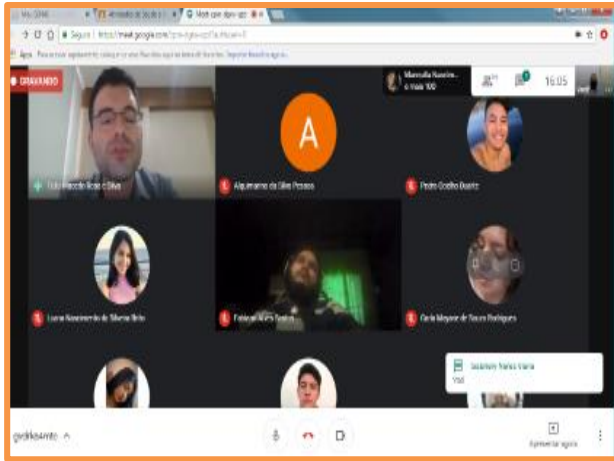
1.1 PALESTRA SOBRE “A IMPORTÂNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO”



O Centro de Memória realizou, durante o biênio 2018-2020, palestras para alunos do ensino médio das escolas da rede pública sobre a importância da atuação da Justiça do Trabalho no Brasil, tendo como palestrante o juiz do trabalho Túlio Macedo Rosa e Silva, membro da Diretoria do Cemej11^a.

No ano de 2019, foram realizadas 5 (cinco) palestras, com o título “A importância da Justiça do Trabalho”, para alunos do ensino médio do Serviço Nacional da Indústria – SENAI/AM, do Serviço Social da Indústria – SESI/AM e da Escola Estadual Luízinha Nascimento, tendo atendido a um público aproximado de 550 pessoas.





Em 2020, a suspensão das atividades presenciais do Tribunal, em virtude da necessidade de isolamento social imposta pela pandemia do Coronavírus (Covid19), não impediu a continuidade do Projeto Cemej Itinerante. No dia 14 de setembro o Centro de Memória realizou virtualmente a palestra “A importância da Justiça do Trabalho”, no horário das 14h às 16h, para

alunos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/AM. Participaram do evento mais de 100 alunos dos cursos de Instrumentista Industrial, Operador de Processos Industriais e Manufatura e Assistente Administrativo.



1.2 OFICINAS SOBRE PESQUISA EM PROCESSOS TRABALHISTAS



O Cemej11^a atua a partir da percepção de que o arquivo histórico e o museu são equipamentos culturais, e como tal deve praticar ações de difusão cultural e educação patrimonial que promovam a valorização do acervo sob sua guarda. Para tanto, desenvolve oficinas sobre o processo judicial como fonte de

pesquisa, voltados aos alunos do ensino superior de universidades locais, de modo a difundir a memória e a trajetória da Justiça do Trabalho na região amazônica.

As oficinas têm como objetivo despertar na comunidade acadêmica o interesse em utilizar os processos judiciais trabalhistas como fontes históricas para a pesquisa, desvendar o

potencial de informação contido nos documentos judiciais para a produção de artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses acadêmicas, e estimular a produção de conhecimento sobre o universo laboral amazonense e roraimense.

A primeira oficina realizada pelo Cemej11^a em 2019 teve como tema “O processo trabalhista como fonte de pesquisa”, e aconteceu no dia 4 de abril, nas dependências do Centro Universitário do Norte – Uninorte, para alunos do Curso de História. A oficina foi coordenada pela Profa. Cristine Munique, do Uninorte, e pela servidora aposentada Deusa Costa. Participaram da atividade acadêmicos do 5º período da Disciplina Prática III: Museus e Arquivos. Na ocasião, os alunos tiveram oportunidade de analisar os processos físicos das Varas do Trabalho do interior do Amazonas das décadas de 80 e 90.

O Cemej11^a também realizou a oficina “Os processos trabalhistas como fontes históricas: problemáticas e perspectivas de pesquisa a partir dos arquivos do Judiciário”, no dia 16 de junho de 2019, para alunos do Curso de Licenciatura Plena em História do Centro Universitário Nilton Lins, coordenada pela Profa. Ma. Isabel Cristina Sabóia Varão. Durante a atividade, os alunos puderam analisar os processos físicos da Vara do Trabalho de Itacoatiara e de Varas do Trabalho de Manaus, produzidos nas década de 80 e 90, respectivamente.



1.3 SESSÕES COORDENADAS E MESA REDONDA

O Centro de Memória, em parceria com o Departamento de Pós-Graduação de História da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, também promoveu Sessões Coordenadas e Mesa Redonda, em comemoração à **17ª Semana Nacional de Museus**, tendo como participantes alunos do curso de História. Os eventos aconteceram no dia 16 de maio de 2019, nas dependências da UFAM.



As Sessões Coordenadas foram realizadas à tarde, no horário das 14h às 18h, tendo como tema "Os processos trabalhistas como fontes de pesquisa em História". A primeira Sessão Coordenada contou com uma palestra ministrada pelo juiz Túlio Macedo Rosa e Silva, sobre "O processo trabalhista, suas fases e peculiaridades". Em seguida, a professora e historiadora Sarah Araújo discorreu sobre "O processo trabalhista como fonte de pesquisa histórica".

A segunda Sessão Coordenada correspondeu a uma mostra de pesquisa, na qual os professores historiadores Avelino Silva, Isabel Sabóia, Jennifer Carvalho e Tamir Carvalho apresentaram os trabalhos científicos desenvolvidos por eles, que utilizaram os processos trabalhistas disponibilizados pela Sessão de Arquivo Permanente do TRT11 como fonte de referência documental.



À noite, das 18h30 às 21h30, foi realizada uma Mesa Redonda, com o tema "Museus como fontes de pesquisa", tendo como debatedores os professores e historiadores Ma. Francisca Deusa Sena da Costa, Dr. Nelson Tomelin Júnior e o Dr. Anderson Vieira Moura. Atuou como moderador o prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós.



2. PROJETO CINEMA COM SABOR

O Projeto Cinema com Sabor, coordenado pelo Centro de Memória, busca proporcionar momentos agradáveis de reflexão, aliados ao lazer e entretenimento, por meio da exibição de filmes e posterior compartilhamento, pelos espectadores, de impressões, sentimentos e aprendizados proporcionados pela atividade.

Como parte do Programa de Formação Inicial de Juízes do Trabalho, foram realizadas, em 2019, 3 (três) sessões do Projeto Cinema com Sabor. Na ocasião, foram exibidos os filmes “Decisão de risco”, de Gavin Hood, no dia 29 de maio; “O insulto”, de Ziad Doueri, no dia 14 de junho; e os filmes “Lixo extraordinário”, de Lucy Walker e “Ilha das Flores”, de Jorge Furtado, no dia 28 de junho. As atividades foram conduzidas pelo Juiz Gerfran Carneiro Moreira, Titular da 4ª Vara do Trabalho de Manaus.



Em parceria com os gestores regionais do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, o Cemej11^a também realizou uma sessão especial de cinema, no dia 31 de outubro de 2019, com a participação de mais de 70 alunos de programas de aprendizagem, nas dependências da sede administrativa do Tribunal.



Nessa edição, foi apresentado o filme “O preço do amanhã”, de Andrew Niccol. Participaram da sessão alunos do Instituto Técnico Educacional Mirian Menchini (ITEMM); da Associação para o Desenvolvimento

Coesivo da Amazônia (ADCAM); do Projeto Gente Grande (PGG), desenvolvido pela Associação Beneficente O Pequeno Nazareno (OPN), além de jovens do abrigo coordenado pela Secretaria Estadual de Assistência Social (SEAS). Todas essas instituições atuam contra o trabalho infantil e a favor do estímulo à aprendizagem.

Ao final da sessão, o juiz Túlio Macedo Rosa e Silva, membro da diretoria do Centro de Memória, conduziu os trabalhos de reflexão sobre a relação entre o enredo do filme e a realidade contemporânea, tais como, o tempo como mercadoria, as relações de trabalho na atualidade e o papel social da Justiça do Trabalho.



3. EXPOSIÇÕES ARTÍSTICAS

3.1 EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA “TRABALHO INSEGURO”



Como parte da programação da **17ª Semana Nacional de Museus**, o Centro de Memória promoveu a exposição fotográfica “Trabalho Inseguro”, do fotógrafo Roumen Koynov, no Centro Cultural Aníbal Beça.

Composta por 30 fotografias, a exposição ficou aberta ao público no período de 9 de maio a 7 de junho de 2019. As imagens foram captadas no Porto da Manaus Moderna, em uma carvoaria e em um canteiro de obras. As fotografias retratam as condições precárias de saúde e segurança às quais estão submetidos muitos trabalhadores urbanos na cidade de Manaus/AM.

O fotógrafo Roumen Koynov nasceu na Bulgária, em 1964. Em 2000, mudou-se para o Brasil e radicou-se em Manaus, passando a registrar as paisagens da Amazônia brasileira. Sua obra participou de inúmeras bienais, exposições individuais e coletivas, com destaque para o trabalho “*Waterland – Images from Amazon*”, exposição individual realizada na Alemanha,

Bulgária, França e Brasil. Roumen atua como fotógrafo para diversas revistas e instituições culturais, nacionais e internacionais.

3.2 EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA “FRAGMENTOS AMAZÔNICOS”



O Centro de Memória promoveu, no período de 13 de maio a 7 de junho de 2019, a exposição fotográfica “Fragmentos Amazônicos”, com imagens da fotógrafa Eliúde Gomes Santana, apresentando aos espectadores a diversidade de visões que retratam a riqueza da cultura, da fauna e da flora da

Amazônia.

A exposição fez parte da programação da **17ª Semana Nacional de Museus**, que aconteceu no período de 13 a 19 de maio de 2019, com o tema “Museus como núcleos culturais e o futuro das tradições”. A mostra ficou aberta ao público no hall de entrada do prédio administrativo do Tribunal e reuniu 32 peças que retrataram os diversos olhares sobre a região amazônica.

Nascida em Manaus, Eliúde Santana é publicitária, graduada em Comunicação Social, fotógrafa, roteirista e diretora de arte. Para ela “a fotografia é a escrita da luz que transforma a vida em arte, em memórias e em lembranças. Assim como a vida, é um aprendizado contínuo. É a minha forma de construir, compartilhar e transformar a vida e o mundo”.

3.3 EXPOSIÇÃO “ETNIAS”

A exposição “Etnias”, do artista plástico Rubens Belém, apresentou uma mostra de 20 obras produzidas em acrílico sobre telas, utilizando a técnica de pintura espatulada, que retrataram a diversidade étnica, a vida, os costumes e as tradições de diferentes povos indígenas da região amazônica.

A mostra fez parte da programação da **13ª Primavera de Museus**, realizada nos museus de todo o país, no período de 23 a 29 de setembro de 2019. O tema da edição de 2019 foi "Museus por dentro, por dentro de museus". A exposição Etnias ficou aberta à visitação pública no Espaço Cultural do TRT11, no período de 27 de setembro a 1º de novembro de 2019.



Rubens Belém é natural de Parintins/AM e reside em Manaus há mais de 30 anos. O talento para as artes revelou-se ainda na infância, quando, aos 10 anos, iniciou sua atividade artística como um precoce autodidata. O artista tem como inspiração a Amazônia e os povos indígenas que a habitam. Sua obra é um louvor à cultura e à diversidade da região. Por meio das cores vibrantes, dos traços fortes, da textura em relevo, o artista expressa na tela a sua paixão pela terra onde nasceu e desvenda a beleza, os mistérios e os costumes da Amazônia.



3.4 EXPOSIÇÃO E VENDA DE ARTESANATO INDÍGENA

Em parceria com a Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (Copime), o Cemej11^a promoveu a exposição de artesanato indígena das etnias Sateré mawé, Tikuna e Cokama, no período de 27 de setembro a 4 de outubro de 2019.

Os visitantes puderam adquirir as obras de artesanato que estavam expostas, e que foram confeccionadas com matérias-primas naturais, como fibras, penas, palhas, sementes e madeira, revelando uma relação harmoniosa e sustentável com o meio-ambiente. Além de

despertar a consciência ambiental, a produção de artesanato contribui para a geração de renda e fortalecimento da cultura dos povos indígenas da Região Amazônica.



3.5 EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA “MANAUS OLHA PRA CIMA!”



Em 2020, o Cemej11 promoveu a exposição fotográfica “Manaus olha pra cima!”, da fotógrafa amazonense Ana Cláudia Jatahy, como parte da programação da **14ª Primavera de Museus**, promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, no período de 21 de setembro a 19 de outubro, que teve como tema *Mundo Digital: Museus em transformação*.

Tradicionalmente presencial, em 2020 as atividades foram desenvolvidas em ambiente virtual, considerando as restrições impostas pela pandemia causada pela Covid-19.

A exposição fotográfica “Manaus olha pra cima!” foi composta por 27 fotografias, que retratam imagens de prédios e monumentos antigos da cidade de Manaus/AM. O objetivo da obra é revelar a beleza de uma cidade repleta de edificações históricas, cuja riqueza cultural

reflete na formação da identidade do povo amazonense, chamando a atenção para a necessidade de preservação desse patrimônio histórico como uma herança cultural para as gerações futuras.



Ana Cláudia Jatahy é formada em Marketing pelo Centro Universitário do Norte - Uninorte (2017) e em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica PUC/RJ (1990). Atuou como jornalista e repórter *freelance* em diversos veículos de comunicação de âmbito nacional. Autodidata, Ana Cláudia dedica-se à fotografia há mais de 30 anos, tendo sido a primeira fotojornalista do Amazonas. Em sua jornada profissional, a artista vem capturando fragmentos da realidade e contando histórias que revelam o fascínio da natureza amazônica, a beleza do patrimônio histórico e cultural de diversos coletivos sociais, o cotidiano e a singularidade de vultos conhecidos e de pessoas anônimas, dentre outros temas registrados pelas lentes mágicas da sua máquina fotográfica.

4. XI REUNIÃO DO MEMOJUTRA



O Tribunal Regional do Trabalho da 11^a Região, por meio do Centro de Memória, sediou o XI Encontro do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho – Memojutra, nos dias 3 e 4 de outubro de 2019, no auditório do Fórum Trabalhista de Manaus.

O encontro teve como tema central "Aspectos da política de preservação do patrimônio documental". O evento, que acontece semestralmente, reuniu magistrados e

servidores que atuam na política de preservação e defesa da memória do judiciário trabalhista brasileiro.

A palestra de abertura foi ministrada pelo prof. Dr. Leandro Coelho Aguiar, coordenador do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, e abordou o tema “Preservação do patrimônio documental do Amazonas: panorama atual e perspectivas futuras”. A programação do evento também contou com a palestra “Políticas públicas voltadas para o patrimônio e a preservação”, proferida pelo prof. Dr. Rodolfo Almeida de Azevedo, da Universidade Federal do Amazonas - UFAM; e a palestra “A necessidade da preservação de arquivos particulares” ministrada pelo Dr. Robério Braga, membro da Academia Amazonense de Letras.



A programação do evento também contou com uma Mesa Redonda, que abordou o tema “A importância da interdisciplinaridade na Gestão Documental”, tendo como debatedores os servidores do Tribunal de Justiça do Amazonas - TJAM, Manoel Pedro de Souza Neto, Juarez C. da Silva Júnior e Carlisman Nogueira de Souza. No Encontro, também foi apresentado o projeto de interatividade implantado no memorial do TRT24. Para encerrar o evento, foi realizada uma visita guiada ao Teatro Amazonas, considerado um marco histórico e cultural da cidade de Manaus/AM.



5. CAMPANHA DE DIVULGAÇÃO DO SELO ACERVO HISTÓRICO

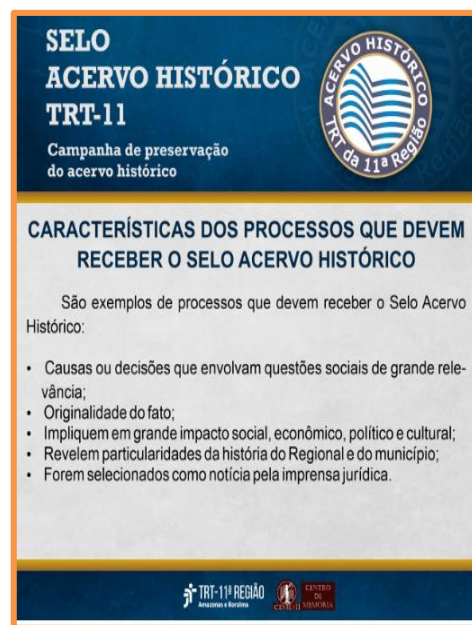
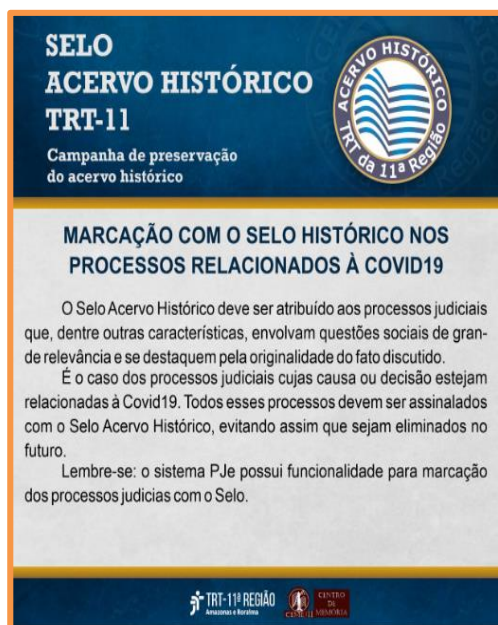


Durante o ano de 2020, o Centro de Memória realizou campanha de divulgação do Selo Acervo Histórico, por meio de cartazes e mensagens nos diversos meios de comunicação do Tribunal, com o objetivo de orientar magistrados e servidores a utilizarem o Selo como indicativo de documentos e processos judiciais, produzidos ou recebidos pelo Tribunal, que não devem ser eliminados por conta do seu valor histórico, probatório ou cultural.

Os documentos e processos indicados com o Selo passam a compor o acervo permanente do Centro de Memória e serão preservados para guarda definitiva, após análise da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD).

A finalidade de preservação do acervo documental é de ser utilizado como fonte de pesquisa para acadêmicos, professores, historiadores, sociólogos, profissionais do Direito e comunidade em geral, e como subsídio para a reconstituição da memória do Tribunal e de todos aqueles que, direta ou indiretamente, fazem parte da história da Justiça do Trabalho na Amazônia.

Magistrados e servidores são os responsáveis diretos pela identificação do valor histórico de um documento ou processo. Entretanto, a marcação com o Selo no PJe é atribuição dos magistrados, diretores e assessores, conforme constante na Resolução Administrativa TRT11 nº 164/2020.



6. PARTICIPAÇÃO NA 4ª SEMANA NACIONAL DE ARQUIVOS

O Centro de Memória participou da **4ª Semana Nacional de Arquivos**, promovida pelo Arquivo Nacional e a Fundação Casa de Rui Barbosa, no período de 8 a 14 de junho de 2020, com o tema “Empoderando a sociedade do conhecimento”.

O objetivo da Semana é de aproximar os arquivos da sociedade e incentivar a produção de conhecimento científico e cultural – uma das funções dos arquivos. A Semana também busca enfatizar a potencialidade dos arquivos como equipamentos culturais, aumentar sua visibilidade e divulgar os valiosos trabalhos desenvolvidos nesses espaços.

Devido às recomendações de isolamento social por conta da pandemia do Coronavírus (Covid-19), a programação foi realizada apenas de forma virtual, nas plataformas das instituições participantes. A programação do Centro de Memória para a Semana Nacional de Arquivos contou as atividades a seguir.

6.1 DIVULGAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS QUE UTILIZARAM COMO FONTE DE PESQUISA O ACERVO DOCUMENTAL PERMANENTE

O arquivo permanente do Centro de Memória possui um acervo documental de inquestionável valor histórico para acadêmicos, pesquisadores e comunidade em geral. O acervo é destinado à consulta pública e permite ao pesquisador contato com informações do passado, não só do Tribunal, mas dos diversos atores sociais envolvidos no processo. Por meio

da análise dos processos judiciais, é possível reconstruir aspectos do cotidiano de uma população, seus meios de produção, as tensões e conflitos que emergiram das relações de trabalho, as visões do mundo em uma determinada época, dentre outros aspectos.

Com a finalidade de dar visibilidade a algumas produções acadêmicas produzidas a partir do acervo documental do TRT11, o Cemej11^a, como parte das atividades relativas à 4ª Semana Nacional de Arquivos, promoveu a divulgação das seguintes obras acadêmicas:

- Paulo Sérgio Cordeiro Carneiro Júnior e Dorinethe dos Santos Bentes: *“Os negócios jurídicos processuais e a Justiça do Trabalho: os acordos coletivos de trabalho como instrumento de equilíbrio processual”*.
- Marco Aurélio Pantoja Júnior e Dorinethe dos Santos Bentes: *“Resgate da memória dos documentos dos processos trabalhistas do município de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas, nos anos de 1994 a 2000”*.
- Charles Máximo Ferreira Brito, Renata Nonata da Silva Cândido e Dorinethe dos Santos Bentes: *“Resgate da memória dos documentos dos processos trabalhistas do município de Tabatinga, Estado do Amazonas, nos anos de 1989 a 2002”*.
- Aline Vasques Castro, Gabrielle Gonçalves de Souza e Dorinethe dos Santos Bentes: *“Resgate da memória dos documentos dos processos trabalhistas do município de Manacapuru, Estado do Amazonas, entre 1998 a 2007”*.
- Carlos Virgílio Duarte de Oliveira e Dorinethe dos Santos Bentes: *“Resgate da memória dos documentos dos processos trabalhistas do município de Itacoatiara, Estado do Amazonas, na década de 80”*.
- Isabel Cristina Saboia Varão: *“O arquivo judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região: um potencial a ser explorado”*.
- Avelino Pedro Nunes Bentes da Silva: *“História, Memória e Justiça: luta por direitos, processos trabalhistas e perspectivas de resistência dos trabalhadores na Junta de Conciliação e Julgamento de Itacoatiara (1979/1980)”*.

A divulgação dos artigos se deu por meio dos e-mails institucionais de magistrados e servidores e das páginas eletrônicas e redes sociais do Tribunal e do Centro de Memória. As obras, também, estão permanentemente disponíveis para consulta na página eletrônica do Centro de Memória.

6.2 PALESTRA VIRTUAL SOBRE "A IMPORTÂNCIA DOS ACERVOS JUDICIAIS NA PESQUISA ACADÊMICA".



Ainda como parte da programação da 4ª Semana Nacional de Arquivos, o Centro de Memória realizou palestra virtual, com o tema “A importância dos acervos judiciais na pesquisa acadêmica”, proferida pela profa. Ma. Dorinethe dos Santos Bentes, da Universidade Federal do Amazonas-UFAM.

O evento aconteceu no dia 12 de junho de 2020, às 10 horas, e teve como objetivo despertar o interesse na comunidade acadêmica para a utilização das fontes documentais do Poder Judiciário na pesquisa e na produção científica.

Na ocasião, a profa. Dorinethe falou sobre a sua trajetória como pesquisadora; os acervos públicos na cidade de Manaus, com enfoque nos aspectos relacionados à disponibilização de documentos e à adequação dos espaços para receber pesquisadores e comunidade em geral; a importância dos arquivos para a produção acadêmica; a necessidade de despertar o interesse na comunidade acadêmica para a utilização dos arquivos públicos como fonte de pesquisa, dentre outros assuntos. Também foram apresentados alguns trabalhos de pesquisas de estudantes de Direito que utilizaram como fontes os processos disponibilizados pelo arquivo permanente do TRT11.

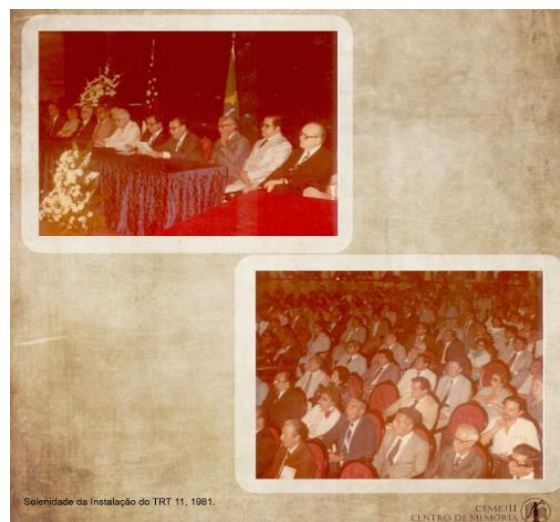
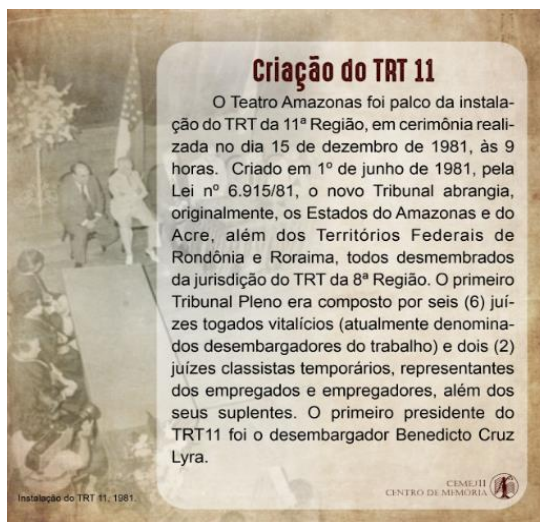
7. DIVULGAÇÃO DA SÉRIE RECORTES DO PASSADO

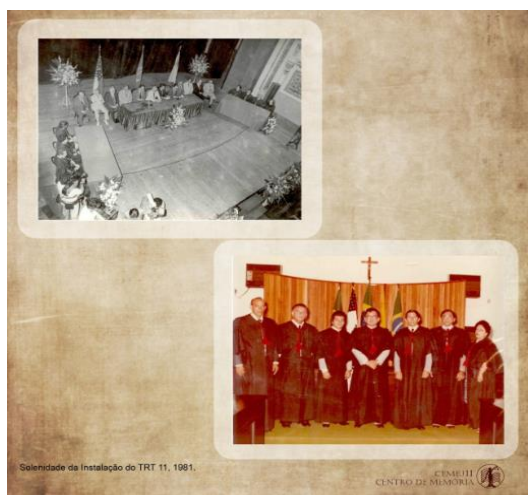
Em comemoração ao 39º aniversário do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, o Cemej11ª divulgou, durante o mês de junho de 2020, a série Recortes do Passado, que teve como objetivo lembrar, por meio de imagens e pequenos relatos, alguns fatos que marcaram a história do Tribunal.

Os temas abordados enfocaram a história da criação do TRT11, os equipamentos e as tecnologias utilizadas pelo Tribunal desde o seu início; apresentação de alguns objetos do acervo histórico, tais como, urna para sorteio dos processos, ampulheta, fichas de registro da tramitação processual e relógio protocolador; e o início do processo de informatização do TRT11 até a implantação do PJe no Tribunal.

A Série também retratou curiosidades sobre o processo mais antigo do acervo histórico permanente, algumas considerações sobre a bandeira do Tribunal, além de apresentar os magistrados e servidores pioneiros na história do TRT11.

A Série Recortes do Passado será o tema do calendário institucional do exercício de 2021, em comemoração ao 40º aniversário do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, a ser celebrado em 1º de junho de 2021.





8. PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA DE FORMAÇÃO INICIAL DE MAGISTRADOS

Em 2019, o Centro de Memória participou da programação das atividades do Módulo Regional da Formação Inicial dos Magistrados, coordenado pela Escola Judicial.



No dia 5 de abril, os novos juízes visitaram as dependências do Cemej11^a, sendo recepcionados pela Desembargadora Francisca Rita Alencar Albuquerque, Diretora do Centro de Memória.

Na ocasião, a Desembargadora proferiu a palestra "O juiz, a Ética, o Direto e a Justiça", discorrendo sobre a Justiça como valor social fundamental; os desafios do ato de julgar; o papel do juiz na sociedade globalizada; a importância do comportamento ético do juiz enquanto agente de transformação social, dentre outros temas.

Os magistrados também acompanharam uma exposição da chefe do Núcleo de Centro de Memória, Genilza Machado, que apresentou a missão e as ações do Centro de Memória, destinadas a preservar e difundir a história e a trajetória do Tribunal e garantir o acesso aos processos e documentos produzidos pela instituição.

Também fizeram parte das atividades de formação inicial dos juízes recém empossados a participação em 3 (três) sessões do Projeto Cinema com Sabor, conduzidas pelo Juiz Gerfran Carneiro Moreira, Titular da 4ª Vara do Trabalho de Manaus, das quais se discorreu no item 2 do presente relatório.



9. CURSO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA PESQUISA EM FONTE PROCESSUAL



O Centro de Memória deu início, em suas dependências, ao curso sobre “Elaboração de projetos para pesquisa em fonte processual”, ministrado pela Prof^a. Ma. Dorinethe dos Santos Bentes, do Departamento de Direito Público da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

O objetivo do curso foi de preparar os acadêmicos para realizar trabalhos de pesquisa, utilizando os processos judiciais como fonte de informação. Esse acervo documental, disponível na Seção de Arquivo Permanente do Centro de Memória, é destinado à consulta pública, sendo uma excelente fonte de investigação científica para as diversas áreas do conhecimento.

O curso foi destinado a estudantes universitários, especialmente acadêmicos do curso de Direito, com duração de 15 horas, contando com aulas presenciais (9 horas), bem como estudos individuais e realização de trabalhos acadêmicos (6 horas). A primeira aula presencial foi realizada no dia 10 de fevereiro de 2020, das 14h às 17h e a segunda no dia 17 de fevereiro, perfazendo um total de 6 horas/aula.

Os demais encontros presenciais, programados para os dias 2 e 9 de março, no formato de oficinas, precisaram ser adiados, por motivo de força maior, o que coincidiu, pouco tempo depois, com a imperiosa necessidade de isolamento social, por conta da pandemia de Covid19. Salienta-se que a realização das aulas na modalidade virtual não se mostrou viável, uma vez que os alunos necessitariam manusear os processos físicos do arquivo permanente, como forma de aprenderem



a realizar trabalhos de pesquisa nos autos, objetivo maior do curso. Dessa forma, as atividades serão retomadas, tão logo as condições de segurança à saúde dos participantes estejam asseguradas.

10. MELHORIA DAS INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS DOS ARQUIVOS



Os arquivos, como local de guarda temporária e permanente de documentos institucionais e como espaço de preservação da memória coletiva, necessita aperfeiçoar constantemente suas atividades arquivísticas, de modo a permitir a agilização do acesso à informação, a eliminação sistemática dos documentos que já perderam a sua importância para a instituição e a

preservação de documentos de valor histórico e permanente.

Com o intuito de promover a melhoria das condições físicas e de pessoal, o Centro de Memória elaborou relatório destinado a apresentar à Presidência do Tribunal a situação atual dos arquivos da Seção de Gestão Documental e da Seção de Arquivo Permanente. O relatório levantou considerações sobre as instalações prediais, os recursos humanos, a infraestrutura e os

recursos materiais dessas unidades, apresentando, ao final, sugestões para a melhoria nas condições físicas e estruturais da gestão documental do Tribunal.

O relatório foi elaborado com base nos relatos dos servidores que atuam nos arquivos, em observações *in loco* e nas disposições constantes em normativos e recomendações que tratam sobre políticas públicas de arquivos e gestão documental.

Dentre as situações abordadas no relatório, constavam: falta de refrigeração e precarização na ventilação dos arquivos; espaço físico no limite da capacidade de armazenamento; mobiliário antigo e desgastado; ausência de divisórias/paredes que delimitem os espaços de livre circulação de pessoas daqueles destinados ao armazenamento de processos, entre outros.

Por conseguinte, a Presidência do Tribunal autorizou, dentre outras providências, a realização de obras de instalação de condicionadores de ar nos ambientes dos arquivos; a instalação de paredes divisórias, isolando as áreas de guarda de documentos daquelas destinadas à circulação de pessoas; a ampliação do espaço de armazenagem; e a compra de mobiliários novos (mesas, cadeiras, estantes, escada com guarda-corpo) para os arquivos. Essas providências estão em fase de andamento, com previsão de conclusão no início do próximo ano.

Vale ressaltar, também, a retomada das obras de reforma no prédio da Rua Barroso, no mês de outubro de 2020, destinado a abrigar o Núcleo do Centro de Memória e a Seção de Arquivo Permanente. A mudança para o prédio garantirá a expansão do espaço destinado ao arquivo permanente, possibilitando receber autos findos das diversas unidades produtoras. O local também contará com salas destinadas a acomodar acadêmicos, professores, pesquisadores e todos os interessados em realizar consultas e pesquisas no acervo histórico judicial do Tribunal.

11. DIGITALIZAÇÃO DE PARTE DO ACERVO HISTÓRICO DOS PROCESSOS DE DISSÍDIOS COLETIVOS

O Cemej11^a realizou, entre o final de 2019 e o início de 2020, a digitalização de mais de 15.000 (quinze mil) processos de Dissídios Coletivos dos anos de 1982 a 1988. A importância da digitalização desse acervo dá-se pela promoção da acessibilidade aos documentos por parte de pesquisadores, estudantes de diversas universidades do Estado e

comunidade em geral, interessados na realização de estudos sobre a Justiça do Trabalho na Amazônia.

Os dissídios coletivos são fontes ricas e inesgotáveis de estudo para diversas áreas do conhecimento. Nas páginas dos processos judiciais, o pesquisador pode desvendar informações sobre os processos de organização de lutas pelo direito à Justiça; os ramos predominantes de atividades econômicas e as condições sociais dos trabalhadores da região onde ocorreu o litígio; as formas e especificidades das organizações sindicais e de classe em um determinado contexto; o posicionamento da Justiça do Trabalho frente a diversas matérias judiciais, dentre outros temas.

12. ELABORAÇÃO DA MINUTA DO PROGRAMA DE GESTÃO DOCUMENTAL E MEMÓRIA DO TRIBUNAL

Considerando a necessidade de regulamentar a gestão documental no âmbito do TRT11, o Centro de Memória elaborou a minuta do Programa de Gestão Documental e Memória do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região. O documento foi submetido e aprovado pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPAD, em reunião virtual realizada no dia 15 de maio de 2020. Após submissão à Presidência do Tribunal, o Programa foi aprovado pelo Tribunal Pleno, por meio da Resolução Administrativa nº 164/2020, em sessão realizada no dia 1º de julho de 2020.

O Programa tem por finalidade garantir a preservação da memória histórica institucional, por meio de procedimentos que visam a assegurar a gestão, a proteção, a destinação, a guarda, a preservação e o acesso aos documentos produzidos e recebidos pelo Tribunal no exercício das suas atribuições, independentemente do suporte em que se encontram registrados.

A instituição do programa representou um marco na gestão documental do TRT11, na medida em que orienta as atividades de produção, organização, armazenamento, descarte e preservação dos documentos produzidos e acumulados nas diversas unidades administrativas e judiciárias.

13. ELABORAÇÃO DE MINUTA DA RESOLUÇÃO 277/2020, QUE TRATA DO ACESSO À INFORMAÇÃO

A Coordenadoria de Auditoria e Controle Interno (CACI) realizou, no período de 1º de outubro a 29 de novembro de 2019, a Auditoria de Gestão Documental, ação coordenada pelo CNJ. A auditoria teve a finalidade de analisar os sistemas informatizados de gestão documental do Tribunal, bem como as rotinas de gerenciamento de acervos de documentos administrativos e de processos ligados à atividade-fim, de modo a permitir a verificação da aderência às normas vigentes e a eficácia das rotinas adotadas.

Após a análise das situações críticas encontradas na auditoria, a Diretoria-Geral elaborou um Plano de Ação, indicando as medidas que deverão ser adotadas para fins de atendimento das recomendações propostas pela equipe da CACI. Dentre as medidas definidas como de responsabilidade do Centro de Memória, constava a ausência de regulamentação interna, definindo a classificação do sigilo da informação nos graus secreto, sigiloso, restrito e público, de que trata a Lei nº 12.527/2011.

Salienta-se que a publicação da Lei 12.527/2011, que trata sobre o acesso às informações públicas, representou um marco na implantação da cultura da transparência no Poder Público. O normativo instituiu a garantia de acesso do cidadão ao conjunto de informações disponíveis nos órgãos públicos, por meio da divulgação de informações sobre as atividades cotidianas, a transparência nos atos administrativos e o acesso a todos os tipos de dados da gestão pública.

A fim de atender às recomendações da CACI, o Centro de Memória elaborou a minuta da Resolução Administrativa 277/2020, com base no Ato Conjunto TST.CSJT.GP Nº 40/2018. Após as considerações da Presidência do Tribunal e análise das unidades afins, a Resolução foi aprovada pelo Tribunal Pleno, em sessão realizada no dia 18 de novembro de 2020, com a finalidade de regulamentar a aplicação da Lei 12.527/2011 no âmbito do TRT11.

14. DESCARTE DE AUTOS FINDOS

No mês de março de 2019, o Centro de Memória, após deliberação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD, procedeu à eliminação de 9.906 (nove mil novecentos e seis) processos oriundos das Varas do Trabalho de Manaus, arquivados no ano de 2008 por ausência do Reclamante. Todo esse material foi destinado à reciclagem, por meio do

Termo de Cooperação Técnica firmado com a Cooperativa de Produção Aliança de Catadores de Resíduos Recicláveis do Estado do Amazonas.



Ainda no ano de 2019, por determinação da CPAD, o Cemej11^a deu início ao processo de descarte dos autos arquivados por ausência e desistência do Reclamante nos anos de 2003 a 2007, totalizando, aproximadamente, 71.000 (setenta e um mil) processos. No momento, o descarte dos processos em referência encontra-se na fase de definição da amostra estatística representativa.

Considerando a necessidade de restrição do trabalho presencial em consequência da pandemia de Covid19, bem como o fato de os servidores do arquivo se enquadrarem no grupo de risco de contaminação pelo vírus, a CPAD optou por suspender temporariamente o processo de descarte dos autos, após acolher os argumentos da Seção de Estatística, que alertou para a possível necessidade de trabalho presencial dos servidores dos arquivos durante a fase de realização dos cálculos, no caso de haver inconsistências no lançamento dos dados. A atividade será retomada, tão logo sejam constatadas condições seguras à saúde dos servidores.

15. ATIVIDADES DA SEÇÃO DE ARQUIVO PERMANENTE

A Seção de Arquivo Permanente é responsável pela gestão do acervo arquivístico de caráter permanente, ou seja, que não pode ser eliminado, mesmo que digitalizado, devido ao seu valor histórico, testemunhal, de prova, de referência ou como fonte de pesquisa. A Seção de Arquivo Permanente desenvolveu, durante o biênio 2019/2020, as seguintes atividades, dentre outras:

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Higienização, identificação e organização dos autos da 2ª Instância	113 caixas
Organização de processos da VT de Presidente Figueiredo	200 caixas
Higienização de processos da VT de Presidente Figueiredo	109 caixas
Substituição de caixas de processos da 3ª VT de Boa Vista	97 caixas
Alocação de caixas de processos oriundos da VT de Tabatinga	360 caixas
Acompanhamento da digitalização de processos de Dissídios Coletivos referentes ao período de 1982 a 1988	26.800 folhas

Além das atividades relacionadas, durante o biênio 2018-2020 a Seção de Arquivo Permanente manteve o atendimento a pesquisadores que utilizam o acervo documental do Centro de Memória como fonte de informação para a produção acadêmica.

Mesmo durante a pandemia, em 2020, período no qual o Tribunal suspendeu o atendimento externo como forma de prevenção ao contágio, o acesso ao acervo permanente continuou franqueado a uma acadêmica do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, a fim de concluir o levantamento de dados que embasarão a sua dissertação de Mestrado intitulada “Negociando e reivindicando direitos: as trabalhadoras de Manaus na Justiça do Trabalho - 1989/1999”.

Salienta-se que o atendimento foi realizado mediante autorização da Presidência do Tribunal e prévia definição dos dias e horários de acesso às dependências do arquivo. A atividade foi realizada sob a supervisão e apoio de um servidor, com a adoção de medidas de prevenção ao contágio pelo Coronavírus.

Outra atividade realizada pela Seção de Arquivo Permanente durante o período de pandemia foi a ida semanal de servidor às dependências do arquivo para inspeção das condições ambientais dos arquivos e arejamento do local, como forma de preservar os documentos contra eventuais agentes danosos ao acervo sob guarda do Centro de Memória.

16. ATIVIDADES DA SEÇÃO DE GESTÃO DOCUMENTAL

A Seção de Gestão Documental é responsável pela guarda dos processos judiciais de 1ª e 2ª Instâncias, além de documentos administrativos em fase transitória que ainda são objetos de consulta eventual por parte das unidades produtoras. Trata-se de um arquivo temporário, onde ficam armazenados os documentos que aguardam avaliação quanto à sua

eliminação ou preservação em guarda permanente. No biênio 2019/2020, a Seção de Gestão Documental desenvolveu as seguintes atividades, dentre outras:

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Descarte dos processos arquivados por ausência do reclamante no ano de 2008, oriundos das Varas do Trabalho de Manaus	9.906
Seleção dos processos arquivados por ausência do reclamante no período de 2003 a 2007, oriundos das Varas do Trabalho de Manaus, para posterior descarte	37.078
Seleção dos processos arquivados por desistência do reclamante no período de 2003 a 2008, oriundos das Varas do Trabalho de Manaus, para posterior descarte	34.266
Recebimento e acomodação dos processos remetidos ao arquivo	219
Seleção dos processos arquivados por ausência do reclamante no período de 2009 a 2013, oriundos das Varas do Trabalho de Manaus, para posterior descarte	69.440
Atendimento aos pedidos de desarquivamento	2.447
Seleção dos processos arquivados por desistência do reclamante no período de 2009 a 2013, oriundos das Varas do Trabalho de Manaus, para posterior descarte	49.392

Salienta-se que, mesmo durante a pandemia da Covid19, a Seção de Gestão Documental continuou atendendo aos pedidos de desarquivamento das Varas de Trabalho de Manaus. Para tanto, foi estabelecido o trabalho presencial, às terças e sextas-feiras, com escala de revezamento de ambos os servidores do arquivo, como forma de manter o distanciamento social, adotado pelo Tribunal como medida de prevenção ao contágio.

Manaus, dezembro de 2020.